Processo Administrativo instaurado por meio da Portaria nº 6278/2026
Contratada: JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA

Ilma. Sra. Secretária,

trata-se de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 6278/2026, para apurar irregularidades na execução do contrato prestação de serviços de locação de tendas, banheiros químicos, gradis, fechamentos em chapa, palcos, camarotes e sistemas de som e iluminação.

A empresa foi devidamente notificada (fls. 66/68) com a finalidade de cientificá-la da instauração do Processo Administrativo, facultando-lhe o acompanhamento de todos os atos processuais, bem como a apresentação de defesa prévia e a indicação das provas que entendesse pertinentes, assegurando-se, desse modo, o pleno exercício do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

A empresa apresentou defesa (fls. 69/73), na qual alegou que nenhuma das informações constantes nos autos encontra amparo legal, carecendo o procedimento de formalismos essenciais, por inexistência de comunicação prévia e documentação idônea das supostas incongruências; bem como que no mérito, os defeitos descritos não configuram inadimplemento contratual capaz de justificar penalidade severa e que a menção à marca/símbolo de terceiro não comprova, por si só, cessão irregular do objeto contratado.

Ao final, requer o reconhecimento da nulidade do procedimento sancionador por vícios formais e ausência de prova técnica idônea e arquivamento dos autos concernente às imputações referentes a higienização, identificação de marca de terceiros e instabilidade estrutural, por falta de comprovação, ou, ainda, caso mantida qualquer responsabilização, a aplicação de penalidade mais branda.

Apresentou também, no prazo legal, as alegações finais que ratificaram as alegações da defesa.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

As alegações apresentadas pela empresa em sua defesa e reiteradas, posteriormente, em sede de alegações finais não merecem prosperar, uma vez que não se verifica a existência de qualquer vício ou irregularidade capaz de comprometer a validade do procedimento. Senão, vejamos.

Sustenta a empresa que o procedimento estaria eivado de vícios decorrentes da ausência de formalidades essenciais, notadamente em razão da suposta inexistência de comunicação prévia e da ausência de documentação idônea acerca das alegadas incongruências.

Todavia, tal argumentação não encontra respaldo nos fatos nem na legislação aplicável. Com efeito, o Decreto Municipal nº 15.495/2023, que regulamenta, no âmbito municipal, a Lei Federal nº 14.133/2021, disciplina expressamente a matéria em seu art. 132, parágrafo único:

> **Parágrafo único.** A solicitação de instauração do processo administrativo para apuração da irregularidade deverá conter:
>
> a) a identificação do licitante ou contratado;
> b) o breve relato da conduta irregular e as cláusulas editalícias ou contratuais descumpridas;
> c) os motivos que justificam a incidência de penalidade administrativa;
> d) os documentos que provem o relato da conduta irregular, quando houver;
> e) o número do edital, do processo e do instrumento jurídico do contrato ou ata de registro de preços, termo aditivo e nota de empenho que foram descumpridos.

Dessa forma, verifica-se que o procedimento observou as formalidades exigidas pela legislação de regência, não havendo que se falar em ausência de comunicação prévia ou em deficiência na documentação que pudesse ensejar a nulidade dos atos praticados.

A mera alegação de inobservância de formalidades, desacompanhada da demonstração concreta de prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, não é suficiente para invalidar o procedimento. Para que eventual irregularidade formal pudesse conduzir à nulidade, seria indispensável a demonstração de efetivo prejuízo, o que não se verifica no caso em análise.

Assim, ausente qualquer vício capaz de macular o procedimento, devem ser rejeitadas as alegações suscitadas pela empresa em sua defesa e reiteradas nas alegações finais, mantendo-se hígidos os atos praticados no curso do processo.

Neste entendimento, a medida que se impõe é a aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou objeto similar nos termos do item 19.2, IV, 2, do Edital, perfazendo o montante de **R$ 615,00 (seiscentos e quinze reais)**.

Outrossim, mostra-se cabível a rescisão contratual, diante do descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

A penalidade ora sugerida encontra amparo no art. 156, inciso II da Lei nº 14.133/2021, revelando-se razoável e proporcional à gravidade da infração cometida, em observância aos princípios da legalidade, proporcionalidade e interesse público.

Este é o nosso parecer, S.M.J.

Remetemos a apreciação de V. Sa.

Santa Rita do Sapucaí/MG, 26 de agosto de 2026.

Gislaine Karine da Silveira
-Presidente da CP-

Rita de Cássia Ribeiro
-Vice-Presidente da CP-

Laís Cristina Cássia Costa
-Secretária da CP-

DECISÃO

Procedimento Administrativo determinado pela Portaria Nº 6278/2026

Referência: Processo Administrativo nº: 166/2025- Pregão nº: 73/2025- RP nº: 73/2025

"Instauração de Processo Administrativo objetivando eventual rescisão contratual contra a empresa JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA, e/ou eventual aplicação de sanções, tendo em vista a inexecução do contrato ou instrumento similar"

Vistos etc.,

Para todos os efeitos e fins legais e jurídicos adoto integralmente o Relatório final apresentado pela Comissão Processante.

Conforme noticiado e devidamente comprovado nos autos, a empresa, por conduta deliberada, deixou de observar o disposto no item 19.1, alíneas "b" do edital, incorrendo, assim, em infração às disposições editalícias e às obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, configurando violação ao disposto no art. 155, incisos II da Lei nº 14.133/2021.

Como demonstrado pelo Relatório Final, o procedimento foi instaurado por Autoridade Competente e tem previsão legal na Lei nº 14.133/21, nos itens do Edital desse Processo Licitatório e nas cláusulas contratuais e da Ata de Registro de Preços.

A empresa processada em questão foi notificada, a fim de lhe garantir a oportunidade de exercer o contraditório e a ampla defesa, assegurada pelo Art. 5°, incisos LIV e LV, da CR/88.

Não há, pois, nenhum vício no procedimento em apreço, estando o mesmo regular e válido.

Tudo nos ditames legais, fundamento e **DECIDO**:

O relatório da Comissão Processante pugna pela aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou objeto similar, em conformidade com o item 19.2, IV, 2, perfazendo o montante de **R$ 615,00 (seiscentos e quinze reais)**, bem como rescisão contratual.

Entendo ser a pena razoável e proporcional, tendo sua previsão no art.156, incisos II da Lei nº 14.133/2021, por isso, acolho integralmente o parecer exarado pela i. Comissão e aplico a penalidade supramencionada na empresa JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA, consubstanciada em multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou objeto similar, em conformidade com o item 19.2, IV, 2, perfazendo o montante de **R$ 615,00 (seiscentos e quinze reais)**.

Notifique a empresa processada, para tomar ciência desta decisão e efetuar o pagamento do valor total junto à Secretaria Municipal de Finanças.

Registre-se. Intime-se.

Santa Rita do Sapucaí/MG, 26 de agosto de 2026.

Aline Lima Monteiro Machado
Autoridade Competente

EXTRATO DE DECISÃO PROFERIDA
NO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO
PELA PORTARIA Nº 6278/2026

Origem: Processo Administrativo nº: 166/2025 – Pregão Eletrônico nº: 73/2025 – Registro de Preços nº: 73/2025

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de tendas, banheiros químicos, gradis, fechamentos em chapa, palcos, camarotes e sistemas de som e iluminação.

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG

Contratada: JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 61.244.941/0001-65

Decisão: aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou objeto similar, em conformidade com o item 19.2, IV, 2, perfazendo o montante de **R$ 615,00 (seiscentos e quinze reais)**.

PUBLICADO
NO QUADRO DE AVISOS
(ART. 208 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO)
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
Juliane 27 08 26

85
100

Vistos etc.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA**, a qual, irresignada com a decisão proferida pela Comissão Processante, busca a sua reforma, com o consequente reexame da matéria decidida.

O recurso é tempestivo e deve ser conhecido. A empresa recorrente, em seu pleito, não apresentou situação factual e jurídica a merecer amparo no recurso ora analisado, posto que tudo já foi discutido e decidido exaustivamente. A empresa recorrente, em seu pleito, não traz nada de novo que possa alterar a situação factual e jurídica a merecer amparo no recurso ora analisado.

A empresa apresentou defesa administrativa tempestiva em 3 de agosto de 2026, alegando, em síntese, nulidade do procedimento por ausência de comunicação prévia e individualizada das irregularidades, ausência de solicitação de substituição ou correção pelo fiscal do contrato, ausência de laudo pericial, registros fotográficos ou audiovisuais circunstanciados e inexistência de relatório contemporâneo ao evento. Sustentou, ainda, subsidiariamente, a desproporcionalidade de eventual sanção mais gravosa.

Apresentou alegações finais, reiterando os argumentos anteriormente deduzidos.

Na sequência, a Comissão Processante consignou que o feito se encontrava em ordem e apresentou parecer pela aplicação da penalidade, sendo acolhido pela Autoridade Competente.

A Recorrente interpôs recurso administrativo, sustentando, em síntese, ausência de prova técnica idônea da infração, deficiência de motivação da decisão, prejuízo ao exercício da ampla defesa e desproporcionalidade da multa.

Requer o reconhecimento da nulidade da decisão e o arquivamento do processo ou, subsidiariamente, a substituição da multa por advertência.

É o relatório.

1 – DA ADMISSIBILIDADE

O recurso deve ser conhecido.

86
101

Nos termos do art. 166 da Lei Federal nº 14.133/2021, da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

O parágrafo único do referido dispositivo estabelece que o recurso deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderá reconsiderá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, não havendo reconsideração, deverá encaminhá-lo à autoridade superior, que proferirá decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

Considerando a tempestividade e a adequação do recurso, dele conheço.

2 – DA ALEGADA NULIDADE POR AUSÊNCIA DE PROVA TÉCNICA

A principal insurgência da Recorrente consiste na alegação de que não foram produzidos laudo pericial, fotografias ou vídeos circunstanciados, boletim de ocorrência, relatório contemporâneo ao evento ou termo formal de recusa dos materiais.

A alegação não merece acolhimento.

Inicialmente, deve-se destacar que a legislação de regência não estabelece que toda infração contratual deva ser comprovada mediante laudo pericial ou por determinado meio de prova específico.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de fiscalização da execução contratual e atribui ao fiscal o dever de acompanhar a execução e registrar as ocorrências verificadas, mas não condiciona a validade da fiscalização à produção de prova pericial, registro fotográfico ou audiovisual.

O art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o fiscal do contrato anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados.

A finalidade da norma é assegurar a adequada fiscalização do ajuste, não estabelecer uma forma sacramental ou exclusiva de prova.

Assim, a materialidade da infração pode ser demonstrada pelo conjunto dos elementos constantes dos autos, desde que suficientes para formar convicção administrativa acerca do descumprimento contratual.

No presente caso, a apuração teve origem em manifestação formal da Secretaria demandante, consubstanciada no Ofício nº 001/2026/SMECLT, documento administrativo que descreveu as irregularidades verificadas na execução do objeto.

O referido documento não constitui mera alegação informal ou manifestação desprovida de valor probatório. Trata-se de documento produzido no exercício das atribuições administrativas de fiscalização e inserido regularmente nos autos do processo.

Além disso, a empresa teve pleno conhecimento das imputações, tanto que apresentou defesa específica e alegações finais, impugnando individualmente os fatos que entendeu controvertidos.

Portanto, não se verifica ausência de conhecimento acerca das acusações nem impossibilidade de exercício da defesa.

O fato de a Recorrente discordar da conclusão administrativa quanto à ocorrência das irregularidades não se confunde com ausência de contraditório ou deficiência probatória.

3 – DA INEXISTÊNCIA DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA

A Recorrente também sustenta que deveria ter sido previamente comunicada acerca das irregularidades, inclusive para que pudesse realizar substituição ou correção dos itens apontados.

A tese não procede como fundamento de nulidade do processo sancionador.

É necessário distinguir a fiscalização da execução contratual do processo administrativo destinado à apuração de responsabilidade.

A eventual ausência de comunicação prévia para correção de determinada ocorrência não implica, automaticamente, nulidade da posterior apuração administrativa, especialmente quando a contratada foi formalmente cientificada das imputações e teve oportunidade de apresentar defesa e alegações finais.

No caso concreto, a empresa efetivamente exerceu o contraditório, apresentando defesa administrativa e posteriormente alegações finais. Não se identifica, portanto, supressão do direito de defesa.

A alegação de que a empresa teria adotado providências diferentes caso tivesse sido comunicada anteriormente constitui hipótese meramente especulativa, não sendo suficiente para demonstrar prejuízo processual concreto.

O princípio segundo o qual não há nulidade sem prejuízo impede que toda e qualquer irregularidade formal seja automaticamente convertida em causa de invalidação do processo,

88
103

especialmente quando preservados o conhecimento da acusação, a oportunidade de manifestação e a possibilidade de produção de defesa.

4 – DA SUFICIÊNCIA DA MOTIVAÇÃO

Também não prospera a alegação de que a decisão recorrida teria sido omissa.

A motivação do ato administrativo deve ser analisada em seu conjunto, considerando-se a decisão, o parecer da Comissão Processante e os demais documentos que integram o processo administrativo.

Não se exige que a autoridade reproduza, um a um, todos os argumentos apresentados pela parte quando os fundamentos adotados são suficientes para demonstrar as razões de fato e de direito que conduziram à conclusão administrativa.

No caso, a decisão recorrida acolheu o parecer da Comissão Processante, que analisou a apuração e concluiu pela ocorrência das irregularidades e pela responsabilidade da contratada.

A adoção dos fundamentos constantes de parecer ou manifestação técnica integrante do processo é juridicamente admissível, desde que permita identificar as razões que sustentam a conclusão administrativa.

Além disso, o recurso demonstra que a Recorrente conheceu perfeitamente os fundamentos da decisão, tanto que os impugnou de maneira específica.

Não se verifica, portanto, ausência de motivação capaz de comprometer a validade do ato.

A discordância da Recorrente quanto à valoração dos elementos constantes dos autos não caracteriza, por si só, vício de motivação.

5 – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA PELO CUMPRIMENTO DO OBJETO

O contratado tem obrigação de executar o objeto contratual em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato, no termo de referência e demais documentos integrantes da contratação.

A Administração, por sua vez, possui o dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas e adotar as medidas administrativas cabíveis quando constatado descumprimento.

A fiscalização administrativa não constitui garantia de que toda irregularidade será previamente comunicada à contratada antes de produzir qualquer consequência jurídica.

O dever primordial de execução adequada permanece sendo do contratado.

Desse modo, eventual alegação de que a Administração poderia ter fiscalizado de maneira mais frequente ou adotado providência corretiva anterior não afasta, por si só, a responsabilidade da empresa pelas obrigações contratuais que lhe competiam. Tampouco se pode extrair da continuidade da execução contratual uma espécie de convalidação das irregularidades verificadas.

A continuidade do serviço atende ao interesse público e não significa renúncia da Administração ao direito de apurar e sancionar eventual descumprimento contratual.

6 – DA ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DANO CONCRETO

A Recorrente sustenta que não houve interrupção do serviço nem dano concreto e mensurável à coletividade.

O argumento também não é suficiente para afastar a penalidade.

A caracterização de infração contratual não depende necessariamente da ocorrência de dano material autônomo à Administração. O descumprimento de obrigação contratualmente estabelecida constitui, por si, fato juridicamente relevante, podendo ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

A ausência de dano de maior extensão pode, quando pertinente, ser considerada na dosimetria da penalidade, mas não tem o efeito automático de eliminar a infração contratual comprovada.

O art. 156, §1°, da Lei n° 14.133/2021 determina que sejam considerados, na aplicação das sanções, a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos dela decorrentes. Presidência da República

Portanto, a inexistência de dano de maior proporção constitui elemento de dosimetria, e não causa automática de exclusão da responsabilidade.

7 – DA PROPORCIONALIDADE DA MULTA

A Recorrente sustenta que a multa correspondente a 10% do valor do contrato seria excessiva e desproporcional.

Não lhe assiste razão. A multa aplicada corresponde a 10% do valor contratual, totalizando R$ 615,00.

O percentual encontra-se, em tese, dentro dos limites estabelecidos pelo art. 156, §3°, da Lei n° 14.133/2021.

A penalidade aplicada, portanto, não se mostra excessiva apenas em razão de seu percentual.

Para a aferição da proporcionalidade, devem ser consideradas as circunstâncias concretas da execução, a natureza das obrigações descumpridas e a necessidade de preservar a força vinculante do contrato administrativo.

A sanção possui também finalidade repressiva e pedagógica, destinada a desestimular a repetição de condutas incompatíveis com as obrigações assumidas pelo contratado e a preservar a adequada execução dos contratos administrativos.

No caso concreto, não foram apresentados elementos capazes de demonstrar que a multa de 10% seja manifestamente desproporcional ou que tenha sido aplicada fora dos parâmetros estabelecidos no instrumento contratual. Assim, deve ser preservada a penalidade originalmente aplicada.

8 – DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA MULTA POR ADVERTÊNCIA

A Recorrente requer, subsidiariamente, a substituição da multa por advertência. O pedido também não pode ser acolhido.

O art. 156, §2°, da Lei n° 14.133/2021 estabelece que a advertência será aplicada exclusivamente à infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A advertência, portanto, não constitui penalidade substitutiva de aplicação geral e automática para qualquer descumprimento contratual.

Além disso, a multa encontra previsão específica na Lei n° 14.133/2021 e no regime sancionatório contratual, sendo aplicável às infrações administrativas previstas no art. 155, observados os limites legais e as disposições do contrato.

Não há, nos elementos apresentados pela Recorrente, circunstância excepcional que imponha a substituição da penalidade aplicada. A mera alegação de inexistência de dano material expressivo não é suficiente para converter a multa em advertência.

9 – DO DESPACHO ADMINISTRATIVO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2026

106

A Recorrente invoca despacho administrativo de 14 de fevereiro de 2026, afirmando que teria havido reconhecimento, pela própria Administração, da necessidade de continuidade da execução contratual. O argumento não conduz à reforma da decisão.

A determinação de continuidade da execução contratual, quando necessária à preservação do interesse público, não equivale a reconhecimento da inexistência de irregularidade nem importa renúncia ao poder-dever de fiscalização e sancionamento.

A Administração pode, diante de circunstâncias concretas, entender necessária a continuidade do serviço e, simultaneamente, apurar eventual descumprimento contratual e aplicar a penalidade correspondente.

A continuidade da execução, portanto, não constitui prova de que as irregularidades não ocorreram.

Tampouco o despacho mencionado possui o efeito de afastar as conclusões posteriormente alcançadas no processo administrativo próprio, especialmente quando a apuração específica das irregularidades foi regularmente instaurada e assegurado o contraditório.

10 – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, CONHEÇO do recurso administrativo interposto por JMDT EMPREENDIMENTOS LTDA. e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo integralmente a decisão administrativa proferida, pelos seus próprios fundamentos e pelos fundamentos ora acrescidos.

Dê ciência à processada do teor desta decisão.

Santa Rita do Sapucaí, 10 de setembro de 2026.

Leandro Henrique Mendes

-Prefeito Municipal-